

Pedida prisão de ex-secretário

Anderson Torres é afastado do cargo sob suspeita de favorecer radicais. Em meio ao caos em Brasília, ele estava de férias nos EUA

» TAÍSA MEDEIROS

Alan Santos/PR



Falta de efetividade do aparato de segurança que deveria proteger os Poderes da República provocou desconfiança contra Torres

Acusado de omissão diante dos movimentos de radicais bolsonaristas, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública no governo Jair Bolsonaro (PL), Anderson Torres foi exonerado do cargo de secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, na tarde de ontem, pelo governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB). O afastamento de Torres ocorre em meio à crise da segurança gerada por consecutivos atos terroristas realizados na capital nacional — o primeiro, na noite de 12 de dezembro, quando carros e ônibus foram queimados na área central da cidade; o segundo, ontem, com a invasão às sedes dos Três Poderes e a destruição do patrimônio público. À noite, o próprio Ibaneis foi afastado por determinação do ministro Alexandre de Morais, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Anderson Torres está nos Estados Unidos, na Flórida — mesmo local para onde o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) viajou dois dias antes do final de seu mandato — e precisou adiantar o retorno ao Brasil. Torres assumiu o cargo no GDF na semana passada, e em seguida saiu de férias. Ele já havia sido secretário de Segurança Pública do DF antes do governo Bolsonaro, e estava retornando ao posto devido ao fim do mandato do ex-presidente.

Após a exoneração, a Advocacia-Geral da União (AGU) solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prisão em flagrante de Anderson Torres pela omissão diante dos atos terroristas. A instituição também pediu a detenção de todos os envolvidos nos atos antidemocráticos.

Em entrevista à Globonews, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que "é nítida a responsabilidade não só do agora ex-secretário da Segurança Pública do Distrito Federal, mas do comando da Polícia Militar e de outros atores de segurança do Governo do Distrito Federal sobre o descumprimento de um conjunto de protocolos definidos para preservação do patrimônio público e da democracia".

> **É nítida a responsabilidade não só do agora ex-secretário da Segurança Pública do Distrito Federal, mas do comando da Polícia Militar e de outros atores de segurança do GDF sobre o descumprimento de um conjunto de protocolos para preservação do patrimônio público e da democracia"**
>
> ***Alexandre Padilha,*** *Ministro de Relações Institucionais*

Na peça em que pede a prisão de Anderson Torres, a AGU argumenta que os atos "importam prejuízo manifesto ao erário e ao patrimônio público e também causam embaraço e perturbação da ordem pública e do livre exercício dos Poderes da República, com a manifesta passividade e indício de colaboração ilegal de agentes públicos".

Diante do cenário de ruínas de sua imagem, Anderson Torres foi às redes sociais, à noite, para se manifestar. Ele disse que viveu "o dia mais amargo de sua vida pessoal e profissional" e que repudia "veementemente a covardia que assistimos neste domingo. Tais atos são totalmente incompatíveis com todas as minhas crenças do que seja importante para o fortalecimento da política no Brasil", escreveu o ex-ministro.

Torres disse ainda que as divergências político-ideológicas "jamais podem ser usadas como combustível para agressões". "Em um caso de insanidade coletiva como esse, há que se buscar soluções coerentes com a importância da democracia brasileira", disse o ex-ministro, que negou qualquer tipo de envolvimento com os atos terroristas. "Lamento profundamente que sejam levantadas hipóteses absurdas de qualquer tipo de conivência minha com as barbáries que assistimos", frisou.

A nomeação do ex-ministro bolsonarista para a Secretaria de Segurança Pública do DF ocorreu em meio a polêmicas. O ministro da Justiça, Flávio Dino, chegou a assinar, na semana passada, uma portaria que poderia impedir que o antecessor permanecesse no cargo.

A portaria veda a "cessão ou a manutenção da cessão de servidores vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) que estejam respondendo a processo administrativo disciplinar, inquérito policial, ação penal ou por improbidade administrativa, em razão de fatos relacionados ao exercício de qualquer função pública, no âmbito da União ou dos entes federados", diz o documento.

Após a medida, caberia ao governo do Distrito Federal (GDF) apresentar, dentro do prazo de 15 dias, fundamentação para justificar interesse e necessidade em manter Torres no cargo. Então, o ministério avaliaria a existência ou não de processos vinculados a Torres. Caso fossem encontrados, o ex-ministro deveria voltar ao cargo de delegado da PF.

Torres está vinculado a diversas polêmicas que ocorreram enquanto este no comando do Ministério da Justiça. Uma delas foi relacionada ao caso do ex-deputado Roberto Jefferson, que recebeu policiais federais com fuzil e granadas em sua casa, em Levi Gasparian, no interior do Rio de Janeiro. Por determinação de Bolsonaro, Torres foi até o Rio para acompanhar o caso. Na época, a conduta do então ministro foi criticada e taxada de omissa diante da gravidade do caso.

Ele também chefiava a pasta em 12 de dezembro, quando apoiadores extremistas de Bolsonaro tentaram invadir a sede da Polícia Federal em Brasília, após a prisão do cacique Serere Xavante, e atearam fogo em carros e ônibus. O então ministro jantava em um restaurante, onde permaneceu enquanto houve o quebra-quebra, limitando-se a postar uma nota anódina afirmando que a PF acompanharia o caso.

Militares ficam em silêncio

» VINÍCIUS DORIA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Após romperem barreira policial, terroristas tomaram conta da Praça dos Três Poderes

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiros, e os comandantes das três Forças Armadas ficaram em silêncio diante dos ataques de ontem às sedes dos Três Poderes da República. O **Correio** apurou que os comandantes da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen; do Exército, general Júlio Cesar de Arruda; e da Aeronáutica, brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno mantiveram contato com o ministro ao longo da tarde, enquanto os atos terroristas na Praça dos Três Poderes ainda não tinham sido contidos. Os militares decidiram não fazer comentários públicos por entenderem que a situação era de responsabilidade das forças de segurança do Distrito Federal e não envolviam as Forças Armadas.

Pela manhã, José Múcio Monteiro foi ao acampamento golpista instalado há mais de dois meses na frente do Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano. Ele passou de carro, com os vidros fechados, para ver de perto a situação do movimento antidemocrático que pede intervenção militar e destituição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A alguns veículos de imprensa, o ministro comentou, no início da tarde, que a situação estava "calma". Depois dos ataques, ele se encontrou com o colega da Justiça, Flávio Dino, para uma reunião de avaliação. A reportagem tentou contato com José Múcio Monteiro e sua assessoria, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Em uma das Forças, segundo fonte ouvida pela reportagem, o comandante mandou mensagens para altos oficiais de sua equipe com o objetivo de angariar informações sobre o levante e a situação dos prédios militares na Esplanada dos Ministérios, e foi informado de que as sedes dos comandos da Marinha e da Aeronáutica não foram alvo dos radicais. No Exército, nenhuma informação sobre o acampamento golpista, de onde saíram os manifestantes em direção à Esplanada dos Ministérios. Fonte ouvida pela reportagem estranhou o fato de o grupo de radicais ter caminhado do QG do Exército até a Praça dos Três Poderes sem nenhum controle das forças policiais do DF. Toda a movimentação foi registrada pelos veículos de imprensa e pelas redes sociais.

Jornalistas são agredidos durante atos criminosos

Pelo menos 10 profissionais de diferentes veículos de imprensa foram agredidos por extremistas que realizaram atos antidemocráticos na Praça dos Três Poderes, em Brasília, ontem. Os relatos, colhidos pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, envolvem roubos e danos a equipamentos, além de agressões físicas e verbais por parte dos vândalos.

Um repórter do jornal *O Tempo* foi agredido por criminosos que chegaram a apontar uma arma de fogo para ele, no Congresso Nacional. Outro repórter, da Band TV, teve o celular destruído enquanto filmava o ato, mas não chegou a ser agredido. Uma repórter da Rádio Jovem Pan foi xingada e seguida enquanto deixava a Esplanada dos Ministérios. Um homem tentou abrir a porta do carro da jornalista e apontou uma arma para ela.

Uma repórter fotográfica do site *Metrópoles* foi derrubada e espancada por 10 homens. Ela teve o equipamento danificado. "Eu tentei sair um pouco, e aí foi a hora em que vieram ao meu redor, fizeram um cercadinho. Eu, instintivamente, me agachei no chão e alguém me deu um murro na barriga, tiraram minha máquina do pescoço", relatou em vídeo ao Metrópoles.

Um repórter da *Agência France Presse (AFP)* teve o equipamento roubado e foi agredido. O mesmo ocorreu com um repórter fotográfico da *Agência Reuters*. Um repórter da *Agência Brasil* teve o crachá puxado pelas costas, enquanto registrava a destruição. Ele ficou com escoriações no pescoço.

Uma jornalista e veterana analista política que costuma colaborar para o portal *Brasil 247* foi ameaçada pelos extremistas e teve de apagar os registros feitos no celular. E a reportagem do jornal *O Globo* testemunhou uma repórter da revista *New Yorker* ser agredida com chutes e derrubada no chão por um grupo de terroristas. Seus equipamentos foram tomados. Além da agressão física, a profissional foi hostilizada com gritos de "filha da puta" e "vagabunda". O repórter de *O Globo* recorreu aos seguranças do Ministério da Defesa, que ajudaram a jornalista.

Um fotógrafo da *Folha de S.Paulo*, também foi vítima da violência nas manifestações. O colaborador foi cercado e agredido por terroristas, que roubaram seu equipamento. À *Folha*, ele relatou que, enquanto era agredido, teve os equipamentos roubados — uma câmera Canon DX e uma lente. **(TM)**

EXPEDIENTE

Diretora de Redação: Ana Dubeux **Editores:** Ana Sá, Carlos Alexandre de Souza, José Carlos Vieira, Mariana Niederauer e Marcelo Agner **Subeditores:** Andreia Castro, Fabio Grechi, Odail Figueiredo, Rodrigo Craveiro e Vinicius Doria
Participaram da cobertura: Aline Brito, Darcianne Diogo, Debora Oliveira, Denise Rothenburg, Fernanda Strickland, Francisco Artur, Ingrid Soares, Isabela Berrogain, Luana Patriolino Michelle Portela, Pedro Grigori, Rosana Hessel, Samanta Sallum, Taisa Medeiros, Victor Correia e Vinicius Nader **Diagramação:** Amarildo de Castro, Arthur Ferro, Guilherme Dias **Fotografia:** Ed Alves **Revisão:** Louis Filip Maia Lins **Colaborou:** Michel Medeiros